

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. E CONTROLADA

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

**Referentes ao Período de Três Meses findos
em 31 de março de 2020 e**

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.




Rio Paranapanema Energia S.A.


Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6



Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	2
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO.....	15
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	15
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	18
4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	20
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS.....	23
6. CLIENTES.....	24
7. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER E DIFERIDO	25
8. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	27
9. INVESTIMENTO.....	27
10. IMOBILIZADO.....	28
11. INTANGÍVEL.....	30
12. FORNECEDORES	32
13. ENCARGOS SETORIAIS	33
14. DEBÊNTURES.....	33
15. PROVISÕES PARA RISCOS	34
16. DIVIDENDOS	36
17. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR.....	37
18. PARTES RELACIONADAS	37
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	38
20. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA.....	39
21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39
22. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	39
23. RESULTADO FINANCEIRO.....	41
24. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	42
25. LUCRO POR AÇÃO	42
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
27. SEGUROS.....	43
28. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA	44
29. COMPROMISSOS	44
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	44
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA.....	45
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	46

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO PERÍODOS DE 1º DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais indicadores

	Consolidado		
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	503.759	425.489	18,4
(-) Deduções à receita operacional	(53.847)	(46.721)	15,3
Receita operacional líquida	449.912	378.768	18,8
(-) Custos e despesas operacionais	(197.043)	(204.820)	-3,8
Resultado operacional	252.869	173.948	45,4
Ebitda	307.711	229.155	34,3
Margem Ebitda - %	68,4%	60,5%	7,9 p.p
(-) Resultado financeiro	(41.273)	(39.573)	4,3
Lucro antes dos impostos	211.596	134.375	57,5
Lucro líquido do exercício	140.481	89.050	57,8
Margem líquida - %	31,2%	23,5%	7,7 p.p.
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Ações em circulação	94.433	94.433	-
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	1,48763	0,94299	57,8

Acompanhando um movimento do mercado, o aumento da receita consolidada é decorrente, principalmente da estratégia de sazonalização da Garantia Física para o período, visando mitigar a exposição aos efeitos hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF), que teve uma melhora em relação ao mesmo período do ano anterior (aproximadamente 19%), além dos preços celebrados em novos contratos.

	Consolidado		% Variação
	31/03/2020	31/12/2019	
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.513.894	4.411.784	2,3
Dívidas em moeda nacional	1.380.113	1.372.546	0,6
Patrimônio líquido	1.691.831	1.550.797	9,1

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais

	Consolidado		
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	Variação %
Pessoal	(17.204)	(18.744)	-8,2
Material	(1.548)	(1.037)	49,3
Serviços de terceiros	(17.064)	(12.837)	32,9
Energia comprada	(56.540)	(67.001)	-15,6
Depreciação e amortização	(54.842)	(55.207)	-0,7
Encargos de uso da rede elétrica	(34.838)	(31.645)	10,1
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	(8.148)	(10.875)	-25,1
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(1.680)	(1.687)	-0,4
Seguros	(2.358)	(2.367)	-0,4
Provisões para riscos	371	(1.430)	-125,9
Aluguéis	(273)	(749)	-63,6
Outros	(2.919)	(1.241)	135,2
	(197.043)	(204.820)	-3,8

As despesas operacionais totalizaram R\$ 197 milhões no 1º trimestre de 2020, uma redução de 3,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 204,8 milhões).

Os principais fatores que resultaram na redução líquida das despesas operacionais foram:

- Energia comprada: redução R\$ 10,5 milhões ou 15,6% em relação ao mesmo período do ano anterior devido à estratégia de sazonalização da Garantia Física implementada pela Companhia, visando mitigar a exposição aos efeitos hidrológicos;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: diminuição de R\$ 2,7 milhões equivalente a 25,1% em relação ao mesmo período comparativo do ano anterior, influenciado pela queda na geração líquida no trimestre;
- Provisão para riscos: registro de R\$ 0,4 milhão decorrente encerramento de processos em favor da Companhia;
- Serviços de Terceiros: o aumento de R\$ 4,2 milhões ou 32,9% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente principalmente do rateio dos custos da CTG holding, que em razão do cálculo ser posterior, em 2019 só houve cobrança de 2 meses e no trimestre atual, o rateio foi registrado em 3 meses, além do aumento de custos de operação e manutenção em razão de projetos em andamento.
- Encargos de uso da rede elétrica: o aumento de 10,1% ou R\$ 3,2 milhões em razão de atualização das tarifas entre os períodos comparados.

Resultado financeiro

	Consolidado		
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	Variação %
Receitas	12.992	18.219	-28,7
Despesas	(54.265)	(57.792)	-6,1
Resultado financeiro líquido	(41.273)	(39.573)	4,3

O resultado financeiro líquido apresentado no 1º trimestre de 2020 foi uma despesa de R\$ 41,3 milhões, o que representa um aumento de 4,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Essa variação decorre, basicamente, em função de reduções dos índices macroeconômicos que são as referências de remuneração do caixa e atualização das dívidas para o estabelecimento de índices de remuneração dos recursos aplicados e dos financiamentos. Os recursos aplicados seguiram os índices atuais de mercado (CDI - 6,40% em 2020 vs 3,75% em 2019), caixa enquanto a atualização das dívidas seguiu pelos índices previamente contratados – as debêntures são remuneradas substancialmente pelo IPCA (1,62% em 2020 vs 0,90% em 2019) + juros entre 5,5% e 7,01%.

Ebitda e margem Ebitda

	Consolidado		
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	Variação %
Lucro líquido do exercício	140.481	89.050	57,8
Imposto de renda e contribuição social	71.115	45.325	56,9
Resultado financeiro (líquido)	41.273	39.573	4,3
Depreciação e amortização	54.842	55.207	-0,7
Ebitda	307.711	229.155	34,3
<i>Margem Ebitda</i>	<i>68,4%</i>	<i>60,5%</i>	<i>7,9 p.p</i>

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, já que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou um aumento de R\$ 78,6 milhões, equivalente a 34,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em razão, principalmente, do aumento de R\$ 71,1 milhões na receita operacional líquida. A margem Ebitda apurada no 1º trimestre de 2020, 68,4%, representa um acréscimo de 7,9 pontos percentuais nos períodos comparados.

Debêntures

	Remuneração	Vencimento	Consolidado		% Variação
			31/03/2020	31/12/2019	
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	375.258	364.377	3,0
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	231.061	223.708	3,3
Debêntures 7ª emissão série 1	DI + 0,40% ao ano	15/08/2020	220.840	224.259	-1,5
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	221.164	221.170	0,0
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	159.527	161.684	-1,3
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	172.263	177.348	-2,9
			1.380.113	1.372.546	0,6

O saldo de debêntures no 1º trimestre de 2020, é de R\$ 1.380,1 milhões, superior em 0,6% aos R\$ 1.372,5 milhões, do encerramento do exercício de 2019.

Esse aumento é resultado principalmente de R\$ 33,2 de apropriação contábil dos juros e variações monetárias, além de pagamento juros de R\$ 26,1.

Dívida financeira líquida

	Consolidado		% Variação
	31/03/2020	31/12/2019	
Debêntures	1.380.113	1.372.546	0,6
Curto prazo	349.939	355.375	-1,5
Longo prazo	1.030.174	1.017.171	1,3
Caixa e equivalentes de caixa	(1.177.348)	(1.121.907)	4,9
Aplicações financeiras vinculadas	(605)	(597)	1,3
Dívida líquida	202.160	250.042	-19,1

A dívida líquida é composta pelo endividamento, deduzido recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida em comparação com 31 de dezembro de 2019 reduziu 19,1% principalmente em decorrência da geração de caixa referente a operação normal da Companhia e sua Controlada.

A Companhia continua reservando em seu caixa, o valor para o possível pagamento da liminar referente ao fator de ajuste de energia (GSF).

Lucro líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no 1º trimestre de 2020, lucro líquido de R\$ 140,5 milhões, superior em 57,8% aos R\$ 89,1 milhões, registrados no mesmo período do ano anterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.142.145	1.087.193	1.177.348	1.121.907
Clientes	6	229.092	144.489	232.313	147.361
Tributos a recuperar	7.1	7.562	9.268	8.818	10.795
Partes relacionadas	18	-	474	-	474
Serviços em curso		6.341	4.472	6.341	4.472
Despesas antecipadas		3.992	5.741	4.126	5.818
Outros créditos		1.328	1.465	1.705	1.495
Total do ativo circulante		1.390.460	1.253.102	1.430.651	1.292.322
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	605	597	605	597
Clientes	6	-	1.035	-	1.035
Tributos a recuperar	7.1	819	819	2.233	2.226
Impostos diferidos	7.2	238.949	225.381	238.949	225.381
Despesas antecipadas		2.323	2.461	2.325	2.464
Depósitos judiciais	8	55.899	55.521	55.899	55.521
		298.595	285.814	300.011	287.224
Investimentos	9	172.792	170.649	2	2
Controladas		172.790	170.647	-	-
Outros		2	2	2	2
Imobilizado	10	2.603.902	2.653.028	2.756.436	2.807.869
Intangível	11	26.214	23.897	26.794	24.367
Total do ativo não circulante		3.101.503	3.133.388	3.083.243	3.119.462
Total do ativo		4.491.963	4.386.490	4.513.894	4.411.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	12	1.044.100	1.033.569	1.064.696	1.057.201
Salários, provisões e contribuições sociais		11.229	16.325	11.547	16.740
Tributos a recolher	7.1	87.115	77.840	87.474	78.275
Encargos setoriais	13	13.565	10.676	13.573	10.684
Indenização socioambiental		890	890	890	890
Dividendos	16	126.479	126.580	126.479	126.580
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	238	57.928	238	57.928
Partes relacionadas	18	1.621	1.764	1.691	1.831
Debêntures	14	349.939	355.375	349.939	355.375
Receitas diferidas		11.884	15.378	11.884	15.378
Outras obrigações		1.904	2.047	1.908	2.071
Total do passivo circulante		1.648.964	1.698.372	1.670.319	1.722.953
Não circulante					
Fornecedores	12	27.874	27.271	27.874	27.271
Encargos setoriais	13	15.093	15.216	15.093	15.216
Indenização socioambiental		11.661	11.462	11.661	11.462
Debêntures	14	1.030.174	1.017.171	1.030.174	1.017.171
Receitas diferidas		3.682	3.566	3.852	3.747
Provisões para riscos	15	38.389	38.138	38.795	38.670
Plano de aposentadoria	20	18.465	18.465	18.465	18.465
Outras obrigações		5.830	6.032	5.830	6.032
Total do passivo não circulante		1.151.168	1.137.321	1.151.744	1.138.034
Total do passivo		2.800.132	2.835.693	2.822.063	2.860.987
Patrimônio líquido	19				
Capital social		839.138	839.138	839.138	839.138
Reserva de capital		116.804	116.804	116.804	116.804
Reserva de lucros		158.931	158.378	158.931	158.378
Lucros acumulados		156.463	-	156.463	-
Ajuste de avaliação patrimonial		420.495	436.477	420.495	436.477
Total do patrimônio líquido		1.691.831	1.550.797	1.691.831	1.550.797
Total do passivo e patrimônio líquido		4.491.963	4.386.490	4.513.894	4.411.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Receita operacional líquida	21	442.267	372.636	449.912	378.768
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(14.085)	(13.795)	(14.636)	(14.359)
Material		(1.380)	(945)	(1.511)	(1.008)
Serviços de terceiros		(6.739)	(5.399)	(7.706)	(6.212)
Energia comprada	22.2	(56.258)	(66.755)	(56.540)	(67.001)
Depreciação e amortização		(51.223)	(51.855)	(53.830)	(54.550)
Encargos de uso da rede elétrica	22.3	(34.706)	(31.466)	(34.838)	(31.645)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(8.148)	(10.875)	(8.148)	(10.875)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.655)	(1.662)	(1.680)	(1.687)
Seguros		(2.326)	(2.321)	(2.358)	(2.367)
Provisões para riscos	15	185	(879)	245	(924)
Outros		(559)	(310)	(578)	(304)
		(176.894)	(186.262)	(181.580)	(190.932)
Resultado bruto		265.373	186.374	268.332	187.836
Despesas operacionais					
Pessoal e administração		(2.568)	(4.361)	(2.568)	(4.385)
Material		(33)	(29)	(37)	(29)
Serviços de terceiros		(8.948)	(6.260)	(9.358)	(6.625)
Depreciação e amortização		(1.000)	(647)	(1.012)	(657)
Aluguéis		(252)	(696)	(273)	(749)
Provisões para riscos	15	95	(478)	126	(506)
Outras		(2.283)	(903)	(2.341)	(937)
		(14.989)	(13.374)	(15.463)	(13.888)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	2.143	1.332	-	-
		2.143	1.332	-	-
Resultado operacional		252.527	174.332	252.869	173.948
Resultado financeiro	23				
Receitas		12.610	16.746	12.992	18.219
Despesas		(53.909)	(57.393)	(54.265)	(57.792)
		(41.299)	(40.647)	(41.273)	(39.573)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		211.228	133.685	211.596	134.375
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		(84.597)	(55.125)	(84.965)	(55.815)
Diferido		13.850	10.490	13.850	10.490
		(70.747)	(44.635)	(71.115)	(45.325)
Lucro líquido do período		140.481	89.050	140.481	89.050
Lucro líquido básico por lotes de mil ações, em reais	25	1,48763	0,94299	1,48763	0,94299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019**
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Lucro líquido do período	140.481	89.050
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	836	244
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(283)	(82)
	553	162
Resultado abrangente do período	141.034	89.212

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019**
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado
		Capital	Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	839.138	116.804	158.378	-	587.387	(150.910)	1.550.797
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	140.481	-	-	140.481
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	836	-	836
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(283)	-	(283)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	553	-	(553)	-	-
	-	-	553	140.481	-	-	141.034
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	24.215	(24.215)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.233)	8.233	-	-
	-	-	-	15.982	(15.982)	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	839.138	116.804	158.931	156.463	571.405	(150.910)	1.691.831

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado
		Capital	Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	839.138	116.804	157.797	-	654.127	(132.445)	1.635.421
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	89.050	-	-	89.050
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	244	244
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	-	(82)	(82)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	162	-	-	(162)	-
	-	-	162	89.050	-	-	89.212
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	24.502	(24.502)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.331)	8.331	-	-
	-	-	-	16.171	(16.171)	-	-
Saldo em 31 de março de 2019	839.138	116.804	157.959	105.221	637.956	(132.445)	1.724.633

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		211.228	133.685	211.596	134.375
Ajustes em:					
Depreciação e amortização		52.223	52.502	54.842	55.207
Perda na baixa do ativo imobilizado/intangível		1.007	3	1.018	3
Apropriação de juros sobre debêntures	15	19.405	23.668	19.405	23.668
Amortização de custos de transação sobre debêntures	15	447	547	447	547
Variação monetária sobre debêntures	15	13.815	11.890	13.815	11.890
Provisão para riscos	17	(280)	1.357	(371)	1.440
Variação monetária sobre provisão para riscos	17	714	504	735	509
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(839)	(1.224)	(840)	(1.225)
Variação monetária referente a liminar GSF	23	16.108	17.282	16.434	17.671
Variação monetária referente a indenização socioambiental		199	238	199	238
Variação monetária Tusd-g	23	988	1.394	988	1.394
Arrendamento - IFRS 16	23	27	-	27	-
Equivalência patrimonial	9	(2.143)	(1.332)	-	-
		101.671	106.829	106.699	111.342
Variações nos ativos					
Clientes		(83.568)	34.762	(83.917)	35.183
Partes relacionadas		474	200	474	200
Serviços em curso		(1.983)	(244)	(1.983)	(244)
Despesas antecipadas		1.887	2.101	1.831	2.065
Outras variações ativas		141	491	(205)	496
		(83.049)	37.310	(83.800)	37.700
Variações nos passivos					
Fornecedores		(5.555)	10.901	(8.917)	10.612
Salários, provisões e contribuições sociais		(5.096)	(5.473)	(5.193)	(5.533)
Impostos, taxas e contribuições		8.861	(9.585)	8.969	(9.823)
Receitas diferidas		(3.378)	(555)	(3.389)	(480)
Partes relacionadas		(143)	-	(140)	-
Provisão para riscos		(156)	(8.521)	(211)	(8.521)
Outras variações passivas		3.370	(764)	3.350	(1.117)
		(2.097)	(13.997)	(5.531)	(14.862)
Caixa gerado nas operações					
		227.753	263.827	228.964	268.555
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(26.100)	(26.854)	(26.100)	(26.854)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(82.477)	(93.976)	(82.766)	(94.646)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		119.176	142.997	120.098	147.055
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento na venda de imobilizado		-	57	-	57
Adições no ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(6.433)	(5.268)	(6.866)	(5.325)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.433)	(5.211)	(6.866)	(5.268)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de dividendos	18	(2)	(2.546)	(2)	(2.546)
Pagamento de juros sobre capital próprio	19	(57.789)	(60.504)	(57.789)	(60.504)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(57.791)	(63.050)	(57.791)	(63.050)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa					
		54.952	74.736	55.441	78.737
Caixa e equivalentes de caixa no início do período					
		1.087.193	897.818	1.121.907	991.104
Caixa e equivalentes de caixa no final do período					
		1.142.145	972.554	1.177.348	1.069.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receitas					
Vendas de energia	21	495.772	419.074	503.706	425.441
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10	3.142	5.219	3.575	5.276
		498.914	424.293	507.281	430.717
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia comprada e encargos de uso da rede	22	(90.964)	(98.221)	(91.378)	(98.646)
Materiais e serviços de terceiros		(20.242)	(17.852)	(22.187)	(19.150)
Outros custos operacionais		(4.174)	(4.557)	(4.173)	(4.696)
		(115.380)	(120.630)	(117.738)	(122.492)
Valor adicionado bruto		383.534	303.663	389.543	308.225
Depreciação e amortização	10 e 11	(52.223)	(52.502)	(54.842)	(55.207)
Valor adicionado líquido produzido		331.311	251.161	334.701	253.018
Aluguéis		52	48	53	48
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.143	1.332	-	-
Receitas financeiras		12.628	16.746	13.010	18.219
Valor adicionado recebido em transferência		14.823	18.126	13.063	18.267
Valor adicionado total a distribuir		346.134	269.287	347.764	271.285
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		9.430	12.088	9.743	12.402
Benefícios		2.287	2.145	2.385	2.284
FGTS		784	1.585	809	1.607
Provisão para gratificação (bônus)		-	316	-	325
Participação nos resultados		1.578	(838)	1.608	(806)
Encargos sociais (exceto INSS)		684	904	706	923
		14.763	16.200	15.251	16.735
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		127.162	100.726	127.915	101.737
Estaduais		9.504	5.200	9.519	5.200
Municipais		45	23	45	23
		136.711	105.949	137.479	106.960
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis		252	696	273	749
Juros e amortização de custos sobre debêntures	14	19.852	24.215	19.852	24.215
Variação monetária sobre debêntures	14	13.815	11.890	13.815	11.890
Outras despesas financeiras		20.260	21.287	20.613	21.686
		54.179	58.088	54.553	58.540
Outros					
Lucros retidos		156.463	105.221	156.463	105.221
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado		(15.982)	(16.171)	(15.982)	(16.171)
		140.481	89.050	140.481	89.050
Valor adicionado distribuído		346.134	269.287	347.764	271.285

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS – EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia (ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo.

Tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.265,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II, conforme descrito na nota explicativa 2.4.

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”), cujos dados de capacidade instalada estão descritos na nota explicativa 2.5.

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 258.504 na Controladora e R\$ 239.668 no Consolidado, principalmente em virtude do saldo a pagar referente aos efeitos das liminares do GSF.

A administração analisou toda informação disponível de seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais, que inclusive considera o desembolso de caixa caso a liminar do GSF necessite ser liquidada (no valor de R\$ 953.167 na Controladora e R\$ 972.502 no Consolidado).

1.2. Liminar sobre o fator de ajuste de energia - *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 2015, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos no que tange: despacho fora da ordem de mérito, importação de energia e redução da carga das distribuidoras. A liminar concedida limitou a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF em 100%, sendo parcialmente revogada em outubro de 2018 - decisão que manteve em suspenso o pagamento dos valores de GSF retidos no período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, mas que retirou a proteção de suspensão de pagamentos de GSF a partir de fevereiro de 2018.

Em paralelo, aguarda-se a votação do Projeto de Lei (PL) 3.975/2019 (antigo 10.985/2018), que contém proposta de solução para o débito do GSF nos moldes da Lei nº 13.203/2015, que por sua vez apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL) como no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

O Projeto de Lei foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em 10 de março de 2020 e aguarda votação no Plenário da Casa, antes de ser enviado à sanção presidencial.

Uma vez aprovado, o PL 3.975/2019 abrangerá as companhias que optaram pela repactuação bem como aquelas que não repactuaram ao risco hidrológico proposto na Lei nº 13.203/2015. O PL discorre sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de (i) restrições ao escoamento de energia em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão; (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN; e (iii) a existência de restrições operativas, verificadas na operação real, associadas às características técnicas dos empreendimentos estruturantes.

Como contrapartida à proposta contida no PL 3.975/2019, os agentes terão de abrir mão da disputa judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciado a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação.

Subsequentemente à aprovação deste Projeto de Lei, será aberto prazo para regulamentação da operacionalização da Aneel, cálculo da extensão do prazo final do contrato de concessão e adesão dos agentes.

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria 178/2017 que definiu uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia, a partir de janeiro de 2018, em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria nº 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Em 6 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria nº 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capiwara, Taquaruçu e Rosana e no dia 25 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar suspendendo os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 em relação às UHEs Canoas I e II na parcela que ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão nº 183/1998. Porém, em 10 de abril de 2019, foi publicada sentença que anula os pedidos referentes à liminar obtida para as usinas Canoas I e Canoas II.

As demais informações relacionadas a revisão das garantias físicas das usinas da Companhia estão descritas na mesma nota explicativa das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

1.4. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobre contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

Posteriormente, também lançou a CP MME nº 042, que trata de questões relativas à implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária.

A implantação do preço horário, até então previsto para ser implantado a partir de janeiro/2020, foi adiado pela Portaria MME nº 300 de 31 de julho de 2019, para implantação em duas fases. A primeira delas iniciou-se em janeiro de 2020, com a adoção do Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico na programação de operação; e a segunda está prevista para ocorrer em janeiro de 2021, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica vai adotar o Dessem no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo.

Em 03 de março de 2020, a Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou o texto substitutivo do Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ao Projeto de Lei 232/2016, que traz alterações ao modelo comercial do setor elétrico. Dentre os assuntos, relevantes ao setor está a aprovação do prazo de 42 meses para a eliminação total das barreiras de acesso ao mercado livre, redução de 18 para 12 meses do prazo de substituição dos descontos nas tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) concedidos às fontes alternativas de energia.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas, representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de maio de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.23 daquelas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.3. Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de março de 2020, a Companhia mantém o controle da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., conforme descrito na nota explicativa 10.

As políticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa das demonstrações financeiras anuais.

2.4. Contratos de Concessão

								Controladora
Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquarçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
					2.265,3	1.064,5		

As outras informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa 2.12.1. das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

2.5. Resoluções Autorizativas

								Controlada
Resolução de autorização Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da autorização	Vencimento autorização
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					32,5	16,2		

As outras informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa 2.12.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descrito na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 permanecem válidas para essas ITR, com os necessários completos abaixo.

3.1. COVID – 19

3.1.1. Impactos para a Companhia e como ela está lidando com a pandemia.

A Companhia está acompanhando de perto os desdobramentos a respeito da evolução do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19, especialmente no Brasil e na China, país sede da controladora final da Companhia, assim como o cenário pandêmico em todo mundo.

Por se tratar de um evento sem precedentes nos dias atuais, ainda existem muitas dúvidas sobre as consequências, sejam elas econômicas ou sociais e qual será sua abrangência. A proliferação desta pandemia por alguns países onde a propagação se intensificou de forma mais acelerada, antes da sua chegada ao Brasil, ajudou na identificação das principais formas de combate: o isolamento social e a intensificação dos cuidados com higiene e limpeza

Os potenciais impactos desta pandemia não só na Economia do Brasil, mas também no mercado de atuação da Companhia focada em geração de energia limpa, são amplamente acompanhados e não é possível estimar com precisão e segurança todos os efeitos que poderão afetar sua situação patrimonial e resultados neste momento.

Desde janeiro, a Companhia vem adotando uma série de medidas, além daquelas recomendadas pelos órgãos de saúde competentes no Brasil e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como forma de segurança e prevenção para que seus profissionais não sejam expostos às situações de risco, tais como:

- Instalação de um Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões relativas a Covid-19. Desde que a crise se intensificou na China, país sede da controladora final da Companhia, e com o agravamento da crise no Brasil, esse comitê se reúne diariamente para acompanhar as últimas informações e, caso necessário, adotar novas medidas e práticas, além das que já estão em andamento;
- Cancelamento, por tempo indeterminado, de viagens nacionais e internacionais;
- Reuniões presenciais e visitas às instalações da empresa no Brasil foram suspensas e os assuntos passaram a ser tratados por meios eletrônicos utilizando sistemas de teleconferências e outras ferramentas disponíveis;
- Desde o dia 17 de março, os profissionais que exercem atividades administrativas foram orientados a cumprirem o isolamento social e estão trabalhando em sistema de *home office*, mantendo assim a qualidade e a continuidade dos serviços prestados;
- A operação e manutenção das usinas seguem planos de contingência específicos com monitoramento diário do estado de saúde de cada profissional e contratados, cujo acesso às plantas seja essencial;
- Intensificação da higienização dos transportes e equipamentos, bem como das áreas comuns dos escritórios e instalações das usinas;
- Reforço da comunicação interna, sobretudo com informações educativas sobre a doença;
- Além de atualizações diárias passadas por cada líder às suas equipes.

Do ponto de vista de continuidade do negócio e da operação, a Administração está acompanhando todas as sinalizações macroeconômicas e setoriais a fim de assegurar o cumprimento de seus compromissos e atendimento às suas responsabilidades.

O cenário macroeconômico está sendo influenciado pela pandemia. Essas variações estão sendo aplicadas às projeções de resultados da Administração, que permanecem favoráveis à continuidade do negócio, descartando possíveis indicativos sobre recuperação de seus ativos (*impairment*).

Há a possibilidade de sensível redução na demanda industrial por energia elétrica em diversos segmentos econômicos, mas há, em contrapartida, a expectativa pelo aumento na demanda residencial, hospitalar e nas atividades humanas correlatas ao suprimento da saúde.

Além disso, os pleitos recebidos de alguns de nossos clientes mais impactados pela crise estão sendo analisados e tratados de forma exclusiva, caso a caso e, até o momento, a Companhia tem conseguido acolhê-los com êxito, dentro de suas possibilidades, com isso, não há indicativos para registros de inadimplência.

Considerando a sua responsabilidade social, bem como sua postura e atuação ética em todas as frentes de negócios, sendo um setor ainda mais essencial em tempos em que o suprimento de energia elétrica é imprescindível para o funcionamento das estruturas prioritárias e pelo isolamento social da população, a Administração da Companhia concentra seus esforços no cumprimento de seus compromissos junto a seus profissionais, autoridades fiscais, acionistas, demais credores, parceiros de negócio e a sociedade como um todo.

Tendo como um de seus principais valores “As pessoas são a nossa energia”, o Grupo aderiu ao movimento #nãodemita (www.naodemita.com).

Reconhecendo a crise sem precedentes, e certa de que ela passará, assumiu o compromisso de manutenção do quadro de funcionários durante o período mais crítico da pandemia.

3.1.2.Determinações regulatórias

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS/ONU) declarou pandemia em função da rápida disseminação do Coronavírus Sars-Cov-2 no mundo. Visando os possíveis desdobramentos desta medida no setor elétrico brasileiro, em 18 de março de 2020 o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº 117/GM por meio da qual instituiu o Comitê Setorial de Crise para articular, coordenar, monitorar, orientar e supervisionar as providências e medidas a serem adotadas pela Administração Central do Ministério, pelos Órgãos e Entidades vinculadas, bem como pelos Agentes dos Setores cujas atividades são reguladas pelas Agências afetas à Pasta.

Dentre outros atos publicados ligados à situação de emergência, em 20 de março foi publicado o Decreto nº 10.282 que definiu os serviços públicos e as atividades essenciais, destacando os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Portaria MME nº 134 postergou, por tempo indeterminado, os leilões destinados a atender as necessidades de energia das distribuidoras, no Sistema Interligado Nacional (SIN), solução de suprimento aos Sistemas Isolados, bem como as necessidades de expansão dos sistemas de transmissão.

Apesar de não haver nenhum impacto direto até o momento ressalta-se que a Companhia protocolou na Aneel no mês de março o “Plano de Contingência Operacional Para os COGs e Usinas da CTG Brasil – COVID 19” para o período de pandemia. O referido Plano, solicitado pela Aneel através do Ofício Circular nº 003/2020, define as ações e medidas preventivas para preservar a saúde e segurança dos colaboradores que exercem atividades diretas com operação e, por consequência, preservar a segurança operacional das usinas e da continuidade do fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 permanecem válidas para essas demonstrações financeiras intermediárias, exceto pela atualização das notas explicativas de risco de liquidez, análise de sensibilidade, gestão de capital e risco de liquidez, descritas a seguir:

4.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas, inclusive o desembolso de caixa caso a liminar do GSF necessite ser liquidada.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e Consolidado				
			De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	-	22.213	148.178	289.972	460.363
5ª	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	115.036	-	132.508	-	247.544
7ª	1	Variação DI + 0,40 % ao ano	-	224.446	-	-	224.446
7ª	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	-	12.989	125.489	122.252	260.730
8ª	1	Variação 106,75% do DI ao ano	-	6.752	89.769	85.386	181.907
8ª	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	-	9.755	10.065	223.250	243.070
			115.036	276.155	506.009	720.860	1.618.060

4.2. Análise de sensibilidade

A Companhia e sua Controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e caixa e equivalentes de caixa, aos quais estejam expostos na data de encerramento do período e sejam considerados relevantes pela Administração.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de março de 2020 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Controladora					
		31/03/2020	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	1.142.081	(23.698)	(11.849)	47.396	11.849	23.698
Aplicações financeiras vinculadas	DI	605	(13)	(6)	25	6	13
		1.142.686	(23.711)	(11.855)	47.421	11.855	23.711
Passivos financeiros							
Debentures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	(375.258)	18.514	9.257	(37.028)	(9.257)	(18.514)
Debentures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	(231.061)	12.525	6.262	(25.049)	(6.262)	(12.525)
Debentures 7ª emissão série 1	DI + 0,40% ao ano	(220.840)	5.043	2.521	(10.085)	(2.521)	(5.043)
Debentures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	(221.164)	10.717	5.358	(21.433)	(5.358)	(10.717)
Debentures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	(159.527)	3.534	1.767	(7.067)	(1.767)	(3.534)
Debentures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	(172.263)	7.991	3.995	(15.981)	(3.995)	(7.991)
		(1.380.113)	58.324	29.160	(116.643)	(29.160)	(58.324)
Total da exposição líquida		(237.427)	34.613	17.305	(69.222)	(17.305)	(34.613)

Instrumentos financeiros	Indexador	Consolidado					
		31/03/2020	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	1.177.247	(24.428)	(12.214)	48.855	12.214	24.428
Aplicações financeiras vinculadas	DI	605	(13)	(6)	25	6	13
		1.177.852	(24.441)	(12.220)	48.880	12.220	24.441
Passivos financeiros							
Debentures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	(375.258)	18.514	9.257	(37.028)	(9.257)	(18.514)
Debentures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	(231.061)	12.525	6.262	(25.049)	(6.262)	(12.525)
Debentures 7ª emissão série 1	DI + 0,40% ao ano	(220.840)	5.043	2.521	(10.085)	(2.521)	(5.043)
Debentures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	(221.164)	10.717	5.358	(21.433)	(5.358)	(10.717)
Debentures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	(159.527)	3.534	1.767	(7.067)	(1.767)	(3.534)
Debentures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	(172.263)	7.991	3.995	(15.981)	(3.995)	(7.991)
		(1.380.113)	58.324	29.160	(116.643)	(29.160)	(58.324)
Total da exposição líquida		(202.261)	33.883	16.940	(67.763)	(16.940)	(33.883)

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IPCA	1,79%	2,69%	3,58%	4,48%	5,37%
DI	2,08%	3,11%	4,15%	5,19%	6,23%

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de assegurar sua capacidade de continuidade da sua operação para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, da Companhia, a Administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e financiamentos, ou ainda, emitido novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraídos dos montantes de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Debêntures	15	1.380.113	1.372.546	1.380.113	1.372.546
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(1.142.145)	(1.087.193)	(1.177.348)	(1.121.907)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(605)	(597)	(605)	(597)
Dívida líquida		237.363	284.756	202.160	250.042
Patrimônio líquido		1.691.831	1.550.797	1.691.831	1.550.797
Total do capital		1.929.194	1.835.553	1.893.991	1.800.839
Índice de alavancagem financeira - (%)*		12,3	15,5	10,7	13,9

*Dívida líquida / total do capital

As variações do saldo de gestão de capital decorrem da movimentação normal do período.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	64	54	101	86
Aplicações financeiras	1.142.081	1.087.139	1.177.247	1.121.821
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.141.965	1.087.024	1.176.665	1.121.243
Fundo de renda fixa	116	115	582	578
	1.142.145	1.087.193	1.177.348	1.121.907

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Banco Santander S.A.	605	597
	605	597

5.2.2. Movimentação

Controladora e consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	597
Aplicações	4
Rendimentos	4
Saldo em 31 de março de 2020	605

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito de caixa e equivalentes de caixa que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito conforme quadro abaixo:

Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
B	BR-1	1.142.746	1.087.774	1.177.949	1.122.488
B	-	4	16	4	16
		1.142.750	1.087.790	1.177.953	1.122.504

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

6. CLIENTES

6.1. Composição do saldo e abertura por vencimento

	Controladora				
	À vencer			31/03/2020	31/12/2019
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	148.061	-	-	148.061	106.700
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	79.329	1.395	307	81.031	38.824
	227.390	1.395	307	229.092	145.524

	Consolidado				
	À vencer			31/03/2020	31/12/2019
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	150.230	-	-	150.230	108.902
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	80.381	1.395	307	82.083	39.494
	230.611	1.395	307	232.313	148.396

O aumento do contas a receber, a respeito das negociações bilaterais, quando comparado os saldos em dezembro de 2019 e março de 2020, se deu em função da estratégia de sazonalização adotada pela Companhia para o período. Já o aumento observado na linha de energia de curto prazo (MRE/MCP) se deve ao aumento da inadimplência para os volumes liquidados nessa modalidade de comercialização.

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são avaliadas periodicamente conforme descrito na nota explicativa 2.8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

Embora esteja em avaliação pedidos de prazos por alguns clientes, até este momento não foram observados indicativos de inadimplência em decorrência do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

Rating interno	Controladora				Consolidado			
	31/03/2020		31/12/2019		31/03/2020		31/12/2019	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	1	1.270	-	-	1	1.270	-	-
2 - Bom	59	87.183	52	55.531	59	89.116	53	57.508
3 - Satisfatório	35	52.288	47	50.574	35	52.288	46	50.574
4 - Regular	5	7.320	1	595	5	7.556	1	820
5 - Crítico	-	-	-	-	-	-	-	-
	100	148.061	100	106.700	100	150.230	100	108.902

O quadro acima demonstra a qualidade de crédito dos clientes no mercado de contratação livre, mercado que a Companhia avalia como de maior risco.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota 6 das demonstrações financeiras anuais de do exercício de 2019.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER E DIFERIDO

7.1. Tributos a recuperar / recolher

	Controladora			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	7.562	819	9.268	819
	7.562	819	9.268	819
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar anual	70.323	-	70.286	-
PIS e COFINS a pagar	11.575	-	5.109	-
ICMS	4.959	-	1.902	-
ISS	83	-	110	-
Outros	175	-	433	-
	87.115	-	77.840	-

	Consolidado			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	8.818	819	10.795	819
INSS	-	1.414	-	1.407
	8.818	2.233	10.795	2.226
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar anual	70.539	-	70.576	-
PIS e COFINS a pagar	11.679	-	5.190	-
ICMS	4.960	-	1.902	-
ISS	92	-	122	-
Outros	204	-	485	-
	87.474	-	78.275	-

7.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e Consolidado					
	31/03/2020			31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Ativo						
Diferenças temporárias						
Provisões regulatórias	(238)	(86)	(324)	(238)	(86)	(324)
Provisão de contas a pagar	(333)	(120)	(453)	(976)	(352)	(1.328)
Provisão de PLR	(421)	(152)	(573)	(1.540)	(554)	(2.094)
Provisão de IOF	(38)	(14)	(52)	-	-	-
Contingência ambiental	(1.574)	(567)	(2.141)	(1.554)	(559)	(2.113)
Contingência trabalhista	(4.057)	(1.460)	(5.517)	(4.050)	(1.458)	(5.508)
Contingência fiscal	(3.740)	(1.346)	(5.086)	(3.716)	(1.338)	(5.054)
Contingência civil	(523)	(188)	(711)	(515)	(185)	(700)
Valores recebidos a maior RTE	(65)	(23)	(88)	(64)	(23)	(87)
Provisão comercialização de energia	(3.438)	(1.238)	(4.676)	(449)	(162)	(611)
Arrendamento - IFRS 16	(81)	(29)	(110)	(26)	(9)	(35)
Liminar GSF	(322.255)	(116.012)	(438.267)	(318.228)	(114.563)	(432.791)
Benefício fiscal	(11.048)	(3.977)	(15.025)	(11.480)	(4.133)	(15.613)
Receita diferida	(3.873)	(1.394)	(5.267)	(4.717)	(1.698)	(6.415)
Ativo diferido	(351.684)	(126.606)	(478.290)	(347.553)	(125.120)	(472.673)
Passivo						
Ajuste de avaliação patrimonial	166.273	59.858	226.131	172.327	62.038	234.365
Ajuste atuarial plano de pensão	3.200	1.152	4.352	2.992	1.077	4.069
Mais-valia - Investimento em controlada	6.513	2.345	8.858	6.513	2.345	8.858
Passivo diferido	175.986	63.355	239.341	181.832	65.460	247.292
Ativo de imposto diferido (líquido)	(175.698)	(63.251)	(238.949)	(165.721)	(59.660)	(225.381)

O quadro abaixo demonstra a expectativa de quando as diferenças temporárias ativas ou (passivas) afetarão a apuração do imposto de renda e da contribuição social, de acordo com premissas internas:

Conta	2020	2021	2022	a partir de 2023	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(422.400)	29.444	28.713	125.294	(238.949)

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

7.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
	31/03/2020			31/12/2019
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldo oriundo da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(261.200)	172.388	(88.812)	(88.225)
Saldo no final do período	44.206	(29.180)	15.026	15.613

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Amortização do ágio	(1.727)	(1.934)
Reversão da provisão	1.140	1.276
Benefício fiscal	587	658
	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2020	2021	2022	2023	Total
Realização estimada	1.761	2.097	1.872	1.671	7.401

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período.

A íntegra das informações relacionadas a essas contas está descrita na nota explicativa 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado			
	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.857	6.817	36.847	55.521
Variações monetárias	90	47	241	378
Saldo em 31 de março de 2020	11.947	6.864	37.088	55.899

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

9. INVESTIMENTO

9.1. Composição

	Participação acionária	Valor Patrimonial	
		31/03/2020	31/12/2019
Controladas			
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	172.790	170.647

9.2. Movimentação

	31/12/2019	Equivalência patrimonial	31/03/2020
Controladas			
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	170.647	2.143	172.790
	170.647	2.143	172.790

10. IMOBILIZADO

10.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	31/03/2020	31/12/2019	
			Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.374.589	(1.636.175)	1.738.414	1.774.566	4,3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	456.598	(245.827)	210.771	214.952	3,7%
Máquinas e equipamentos	998.399	(408.788)	589.611	591.749	4,1%
Veículos	7.188	(5.047)	2.141	2.203	11,1%
Móveis e utensílios	1.258	(1.000)	258	282	2,2%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
Direito de uso IFRS 16	5.057	(327)	4.730	4.605	
	4.856.279	(2.297.164)	2.559.115	2.601.547	
Em curso					
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046	
Reservatórios, barragens e adutoras	2.554	-	2.554	2.545	
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.090	-	1.090	1.013	
Máquinas e equipamentos	38.173	-	38.173	44.830	
Veículos	1.917	-	1.917	2.040	
Móveis e utensílios	7	-	7	7	
	44.787	-	44.787	51.481	
	4.901.066	(2.297.164)	2.603.902	2.653.028	
(-) Obrigações especiais	(1.528)	711	(817)	(829)	
	4.899.538	(2.296.453)	2.603.085	2.652.199	

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	31/03/2020	31/12/2019	
			Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	223.698	-	223.698	223.698	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.609.588	(1.668.922)	1.940.666	1.978.021	4,2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	494.885	(251.473)	243.412	247.802	3,6%
Máquinas e equipamentos	1.120.836	(433.489)	687.347	689.884	4,0%
Veículos	7.597	(5.135)	2.462	2.412	11,1%
Móveis e utensílios	1.412	(1.051)	361	390	2,8%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
Direito de uso IFRS 16	5.057	(327)	4.730	4.605	
	5.262.398	(2.360.397)	2.902.001	2.946.137	
Em curso					
Terrenos	11.903	-	11.903	11.895	
Reservatórios, barragens e adutoras	2.556	-	2.556	2.547	
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.282	-	1.282	1.205	
Máquinas e equipamentos	39.358	-	39.358	46.503	
Veículos	1.917	-	1.917	2.163	
Móveis e utensílios	7	-	7	7	
	57.023	-	57.023	64.320	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	(202.588)	(202.588)	
	5.116.833	(2.360.397)	2.756.436	2.807.869	
(-) Obrigações especiais	(1.528)	711	(817)	(829)	
	5.115.305	(2.359.686)	2.755.619	2.807.040	

10.2. Movimentação

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2020
Em serviço						
Terrenos	213.865	-	-	-	-	213.865
Reservatórios, barragens e adutoras	1.774.566	-	(36.332)	-	180	1.738.414
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952	-	(4.271)	-	90	210.771
Máquinas e equipamentos	591.749	-	(10.143)	(990)	8.995	589.611
Veículos	2.203	-	(200)	-	138	2.141
Móveis e utensílios	282	-	(7)	(17)	-	258
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Direito de uso IFRS 16	4.605	452	(327)	-	-	4.730
	2.601.547	452	(51.280)	(1.007)	9.403	2.559.115
Em curso						
Terrenos	1.046	-	-	-	-	1.046
Reservatórios, barragens e adutoras	2.545	9	-	-	-	2.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013	167	-	-	(90)	1.090
Máquinas e equipamentos	44.830	2.518	-	-	(9.175)	38.173
Veículos	2.040	15	-	-	(138)	1.917
Móveis e utensílios	7	-	-	-	-	7
	51.481	2.709	-	-	(9.403)	44.787
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	31	-	-	(817)
	2.652.199	3.142	(51.249)	(1.007)	-	2.603.085

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2020
Em serviço						
Terrenos	223.698	-	-	-	-	223.698
Reservatórios, barragens e adutoras	1.978.021	-	(37.535)	-	180	1.940.666
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	-	(4.480)	-	90	243.412
Máquinas e equipamentos	689.884	-	(11.088)	(999)	9.550	687.347
Veículos	2.412	-	(211)	-	261	2.462
Móveis e utensílios	390	-	(10)	(19)	-	361
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
Direito de uso IFRS 16	4.605	452	(327)	-	-	4.730
	2.946.137	452	(53.651)	(1.018)	10.081	2.902.001
Em curso						
Terrenos	11.895	8	-	-	-	11.903
Reservatórios, barragens e adutoras	2.547	9	-	-	-	2.556
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	167	-	-	(90)	1.282
Máquinas e equipamentos	46.503	2.943	-	-	(10.088)	39.358
Veículos	2.163	15	-	-	(261)	1.917
Móveis e utensílios	7	-	-	-	-	7
	64.320	3.142	-	-	(10.439)	57.023
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	2.807.869	3.594	(53.651)	(1.018)	(358)	2.756.436
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	31	-	-	(817)
	2.807.040	3.575	(53.620)	(1.018)	(358)	2.755.619

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2019
Terrenos	214.911	-	-	-	-	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	1.921.168	235	(36.394)	-	-	1.885.009
Edificações, obras civis e benfeitorias	232.067	-	(4.288)	-	-	227.779
Máquinas e equipamentos	643.223	4.614	(10.580)	(8)	(6)	637.243
Veículos	3.482	4	(222)	(52)	-	3.212
Móveis e utensílios	263	366	(8)	-	6	627
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	2.814.439	5.219	(51.492)	(60)	-	2.768.106
(-) Obrigações especiais	(955)	-	32	-	-	(923)
	2.813.484	5.219	(51.460)	(60)	-	2.767.183

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2019
Terrenos	235.458	55	-	-	-	235.513
Reservatórios, barragens e adutoras	2.129.442	236	(37.598)	-	-	2.092.080
Edificações, obras civis e benfeitorias	265.753	-	(4.498)	-	-	261.255
Máquinas e equipamentos	745.063	4.615	(11.514)	(8)	(6)	738.150
Veículos	3.716	4	(224)	(52)	-	3.444
Móveis e utensílios	361	366	(8)	-	6	725
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.179.118	5.276	(53.842)	(60)	-	3.130.492
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	2.976.530	5.276	(53.842)	(60)	-	2.927.904
(-) Obrigações especiais	(955)	-	32	-	-	(923)
	2.975.575	5.276	(53.810)	(60)	-	2.926.981

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 foi de R\$ 23.761 e R\$ 24.502, respectivamente.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

11. INTANGÍVEL

11.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização
			31/03/2020	31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
UBP	53.494	(35.454)	18.040	18.503	3,5%
Software	33.685	(28.906)	4.779	5.199	6,1%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	87.254	(64.360)	22.894	23.777	
Em curso					
Software	3.320	-	3.320	120	
	90.574	(64.360)	26.214	23.897	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	-	-	
	88.366	(62.152)	26.214	23.897	

	Consolidado				Taxa média anual de amortização
			31/03/2020	31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
UBP	53.494	(35.453)	18.041	18.504	3,5%
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(4.235)	-	235	22,2%
Software	34.108	(28.984)	5.124	5.199	6,1%
Servidão de passagem	265	-	265	265	
	92.102	(68.672)	23.430	24.203	
Em curso					
Software	3.320	-	3.320	120	
Servidão de passagem	44	-	44	44	
	3.364	-	3.364	164	
	95.466	(68.672)	26.794	24.367	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	-	-	
	93.258	(66.464)	26.794	24.367	

11.2. Movimentação

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2020
Em serviço					
UBP	18.503	-	(463)	-	18.040
Software	5.199	-	(511)	91	4.779
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	23.777	-	(974)	91	22.894
Em curso					
Software	120	3.291	-	(91)	3.320
	23.897	3.291	(974)	-	26.214

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2020
Em serviço					
UBP	18.504	-	(463)	-	18.041
Renovação de licença operacional (LO)	235	-	(235)	-	-
Software	5.199	-	(524)	449	5.124
Servidão de passagem	265	-	-	-	265
	24.203	-	(1.222)	449	23.430
Em curso					
Software	120	3.291	-	(91)	3.320
Servidão de passagem	44	-	-	-	44
	164	3.291	-	(91)	3.364
	24.367	3.291	(1.222)	358	26.794

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2019
UBP	20.354	-	(463)	19.891
Software	7.711	49	(579)	7.181
Servidão de passagem	75	-	-	75
	28.140	49	(1.042)	27.147
(-) Obrigações especiais	(346)	-	346	-
	27.794	49	(696)	27.147

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2019
UBP	20.354	-	(463)	19.891
Renovação de licença operacional (LO)	1.647	-	(353)	1.294
Software	7.713	49	(581)	7.181
Servidão de passagem	309	-	-	309
	30.023	49	(1.397)	28.675
(-) Obrigações especiais	(346)	-	346	-
	29.677	49	(1.051)	28.675

A adição de software ocorrida no período se refere a licença para implementação do novo ERP.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

12. FORNECEDORES

	Controladora					
	31/03/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	1.023.171	-	1.023.171	1.001.494	-	1.001.494
Materiais e serviços contratados	5.719	-	5.719	17.329	-	17.329
Encargos de uso da rede elétrica	13.940	24.090	38.030	13.772	23.535	37.307
Tust	12.098	-	12.098	11.942	-	11.942
Tusd-g	1.820	24.090	25.910	1.808	23.535	25.343
Encargos de conexão	22	-	22	22	-	22
Arrendamento - IFRS 16	1.270	3.784	5.054	974	3.736	4.710
	1.044.100	27.874	1.071.974	1.033.569	27.271	1.060.840

	Consolidado					
	31/03/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	1.043.120	-	1.043.120	1.023.881	-	1.023.881
Materiais e serviços contratados	6.323	-	6.323	18.529	-	18.529
Encargos de uso da rede elétrica	13.983	24.090	38.073	13.817	23.535	37.352
Tust	12.098	-	12.098	11.942	-	11.942
Tusd-g	1.863	24.090	25.953	1.853	23.535	25.388
Encargos de conexão	22	-	22	22	-	22
Arrendamento - IFRS 16	1.270	3.784	5.054	974	3.736	4.710
	1.064.696	27.874	1.092.570	1.057.201	27.271	1.084.472

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 972.381 na Controladora e R\$ 992.042 no Consolidado (R\$ 953.167 e R\$ 972.502 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à Apine, conforme descrito na nota explicativa 1.2.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando a íntegra das informações descrita na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

12.1. Movimentação do arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.710
Ajuste a valor presente	(53)
Atualização	515
Pagamentos	(145)
Apropriação de ajuste valor presente	27
Saldo em 31 de março de 2020	5.054

13. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compensação financeira de recursos hídricos (CFURH)	5.355	-	4.719	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	7.658	15.093	5.403	15.216
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	552	-	554	-
	13.565	15.093	10.676	15.216

	Consolidado			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compensação financeira de recursos hídricos (CFURH)	5.355	-	4.719	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	7.658	15.093	5.403	15.216
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	560	-	562	-
	13.573	15.093	10.684	15.216

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

14. DEBÊNTURES

14.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/03/2020					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	15.400	15.400	250.000	109.858	359.858
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	79.992	32.368	112.360	80.016	38.685	118.701
7ª	1	DI + 0,40% ao ano	15/08/2020	220.000	840	220.840	-	-	-
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	1.086	1.086	200.000	20.078	220.078
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	27	27	160.000	(500)	159.500
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	226	226	160.000	12.037	172.037
				299.992	49.947	349.939	850.016	180.158	1.030.174

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/12/2019					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	9.847	9.847	250.000	104.530	354.530
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	79.992	27.295	107.287	80.016	36.405	116.421
7ª	1	DI + 0,40% ao ano	15/08/2020	220.000	4.259	224.259	-	-	-
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	4.425	4.425	200.000	16.745	216.745
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	-	2.246	2.246	160.000	(562)	159.438
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	7.311	7.311	160.000	10.037	170.037
				299.992	55.383	355.375	850.016	167.155	1.017.171

14.2. Vencimento

Controladora e consolidado						
Vencimento a longo prazo	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	348.344	309.548	199.755	86.197	86.330	1.030.174

14.3. Movimentação

	4ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão		8ª Emissão		Total
	Série 2	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	364.377	223.708	224.259	221.170	161.684	177.348	1.372.546
Amortização de custos de transação	19	71	156	94	62	45	447
Apropriação de juros	5.553	3.971	2.473	3.205	1.754	2.449	19.405
Apropriação de variação monetária	5.309	3.311	-	3.240	-	1.955	13.815
Pagamento de juros	-	-	(6.048)	(6.545)	(3.973)	(9.534)	(26.100)
Saldo em 31 de março de 2020	375.258	231.061	220.840	221.164	159.527	172.263	1.380.113

A íntegra das informações relacionadas aos Empréstimos está descrita na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 exceto pela atualização dos *covenants* financeiros, apresentados a seguir.

14.4. Covenants financeiros

Para os períodos findos em 31 de março de 2020, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Base de cálculo:

	Acumulado 12 meses em 31/03/2020
Ebitda	763.407
Dívida líquida	202.160
Dívida total	1.380.113
Capital social	839.138
Resultado financeiro	132.536

Índice financeiro	Limites	31/03/2020
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	5,76
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,26
Dívida total / (Dívida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,62

15. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das contingências e suas circunstâncias estão descritas na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 e permanecem válidas em todos os aspectos relevantes para essas ITR.

15.1. Provisões para riscos prováveis

15.1.1. Composição

	Controladora			
	31/03/2020			31/12/2019
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	15.774	(3.543)	12.231	12.194
Fiscais	19.190	(927)	18.263	18.182
Cíveis	2.093	(269)	1.824	1.771
Ambientais	6.296	(225)	6.071	5.991
	43.353	(4.964)	38.389	38.138

	Consolidado			
	31/03/2020			31/12/2019
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	16.286	(3.649)	12.637	12.726
Fiscais	19.190	(927)	18.263	18.182
Cíveis	2.093	(269)	1.824	1.771
Ambientais	6.296	(225)	6.071	5.991
	43.865	(5.070)	38.795	38.670

15.1.2. Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.194	18.182	1.771	5.991	38.138
Provisões para riscos					
Provisões	14	-	-	-	14
Reversões	(294)	-	-	-	(294)
Variações monetárias	503	96	35	80	714
Acordos / pagamentos	(193)	-	-	-	(193)
	30	96	35	80	241
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(30)	(15)	18	-	(27)
(Adições)	(163)	-	-	-	(163)
Baixas	200	-	-	-	200
	7	(15)	18	-	10
Saldo em 31 de março de 2020	12.231	18.263	1.824	6.071	38.389

	Consolidado				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.726	18.182	1.771	5.991	38.670
Provisões para riscos					
Provisões	14	-	-	-	14
Reversões	(385)	-	-	-	(385)
Variações monetárias	524	96	35	80	735
Acordos / pagamentos	(198)	-	-	-	(198)
	(45)	96	35	80	166
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(31)	(15)	18	-	(28)
(Adições)	(218)	-	-	-	(218)
Baixas	205	-	-	-	205
	(44)	(15)	18	-	(41)
Saldo em 31 de março de 2020	12.637	18.263	1.824	6.071	38.795

15.2. Contingências possíveis

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhistas	6.332	5.267
Fiscais	134.746	135.033
Ambientais	33.522	32.661
Regulatórias	125.055	123.029
Cíveis	3.013	2.791
	302.668	298.781

As variações do período referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia no período.

A íntegra dessas informações está descrita na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

16. DIVIDENDOS

16.1. Movimentação

	Controladora e consolidado			
	31/12/2019	Reclassificação	Dividendos pagos	31/03/2020
Rio Paranapanema Participações S.A.	120.363	-	-	120.363
Acionistas não controladores	6.217	(99)	(2)	6.116
	126.580	(99)	(2)	126.479

17. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

17.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2019	Reclassificação	JSCP pagos	31/03/2020
Rio Paranapanema Participações S.A.	55.600	-	(55.600)	-
Acionistas não controladores	2.328	99	(2.189)	238
	57.928	99	(57.789)	238

18. PARTES RELACIONADAS

18.1. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela Rio Paranapanema Participações S.A, que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

18.1.1. Composição patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019	
	Contas a Pagar	Contas a receber	Contas a Pagar	Contas a Pagar	Contas a receber	Contas a Pagar
Coligadas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	-	474	-	-	474	-
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	422	-	404	492	-	471
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	1.199	-	1.360	1.199	-	1.360
	1.621	474	1.764	1.691	474	1.831

18.1.2. Movimento do resultado

	Controladora					
	31/03/2020			31/03/2019		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de Serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de Serviços	Total
Coligadas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	392	-	392	937	-	937
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(1.285)	(1.285)	-	(1.232)	(1.232)
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(4.110)	-	(4.110)	(2.010)	-	(2.010)
	(3.718)	(1.285)	(5.003)	(1.073)	(1.232)	(2.305)

	Consolidado					
	31/03/2020			31/03/2019		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de Serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de Serviços	Total
Coligadas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	392	-	392	937	-	937
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	(1.501)	(1.501)	-	(1.436)	(1.436)
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(4.110)	-	(4.110)	(2.010)	-	(2.010)
	(3.718)	(1.501)	(5.219)	(1.073)	(1.436)	(2.509)

18.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Benefícios de curto prazo para administradores	929	460
Benefícios pós-emprego	29	14
Conselho fiscal	271	271
	1.229	745

18.3. Garantias em operações comerciais

Na medida em que clientes da Companhia e sua Controlada necessitam de garantias em operações comerciais a Rio Paranapanema Participações S.A. é a garantidora das operações. O montante de garantias emitidos pela Rio Paranapanema Participações S.A. em dezembro de 2020 é de R\$ 49.771 (R\$ 56.877 respectivamente em 31 de dezembro de 2019).

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2020 é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2019) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 31/03/2020 (Em ações unitárias)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.800	0,01	907.100	1,44	909.900	0,96
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.236	0,93	2.393.150	3,80	2.687.386	2,85
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

	Posição Acionária em 31/12/2019 (Em ações unitárias)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.800	0,01	937.600	1,49	940.400	1,00
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.236	0,93	2.362.650	3,75	2.656.886	2,81
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

A íntegra dessas informações relacionadas está descrita na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

20. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 31 de março de 2020, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

	Controladora e Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Custo do serviço corrente	736	485
Juros sobre obrigação atuarial	6.472	6.891
Rendimento esperado do ativo do plano	(6.162)	(7.654)
Juros sobre a restrição do ativo	-	738
	1.046	460

A íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 20 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	432.451	384.277	438.980	390.294
Mercado de curto prazo (MCP)	63.321	32.765	64.509	33.003
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	2.032	217	2.144
	495.772	419.074	503.706	425.441
Outras receitas	52	48	53	48
	495.824	419.122	503.759	425.489
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(39.937)	(37.881)	(40.227)	(38.116)
ICMS	(9.330)	(5.059)	(9.330)	(5.059)
P&D	(4.290)	(3.546)	(4.290)	(3.546)
	(53.557)	(46.486)	(53.847)	(46.721)
Receita operacional líquida	442.267	372.636	449.912	378.768

O aumento da receita consolidada é decorrente, principalmente da estratégia de sazonalização da Garantia Física para o período, visando mitigar a exposição aos efeitos hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF, além dos preços celebrados em novos contratos.

22. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

22.1. Energia elétrica vendida

	Controladora			
	31/03/2020		31/03/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	2.513.978	432.451	2.293.041	384.277
Mercado de curto prazo (MCP)	206.216	63.321	169.311	32.765
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	-	181.769	2.032
	2.720.194	495.772	2.644.121	419.074

	Consolidado			
	31/03/2020		31/03/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	2.546.865	438.980	2.325.771	390.294
Mercado de curto prazo (MCP)	208.046	64.509	170.548	33.003
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	17.218	217	191.080	2.144
	2.772.129	503.706	2.687.399	425.441

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 31 de março de 2020 e de 2019:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2020	2019	2020	2018
Energia disponível para venda	984	984	16	16
ACR	-	-	-	-
2016 (3 anos)	-	-	-	-
ACL	736	746	15	15
Contratos bilaterais de venda de energia	905	916	15	15
Contratos bilaterais de compra de energia	169	170	-	-
Energia livre para contratação	248	238	1	1
Percentual de energia contratada	74,8%	75,8%	91,7%	93,8%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

22.2. Energia elétrica comprada

	Controladora			
	31/03/2020		31/03/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	193.722	33.077	386.665	60.496
Mercado de curto prazo (MCP)	2.783	158	307	-
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	892.441	23.023	7.370	6.259
	1.088.946	56.258	394.342	66.755

	Consolidado			
	31/03/2020		31/03/2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	193.722	33.077	386.665	60.496
Mercado de curto prazo (MCP)	1.546	440	1.070	246
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	892.441	23.023	175.321	6.259
	1.087.709	56.540	563.056	67.001

(*) Não revisado pelos auditores independentes

O saldo de energia elétrica comprada para revenda teve redução em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido a estratégia adotada pela Companhia para mitigação da exposição financeira causada por risco hidrológico no trimestre.

22.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Tust	30.010	28.351	30.010	28.351
Tusd	4.648	3.068	4.780	3.247
Encargos de conexão	48	47	48	47
	34.706	31.466	34.838	31.645

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa 22 da demonstração financeira anual do exercício de 2019.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Receitas				
Aplicações financeiras	11.609	14.442	11.954	15.835
Variações monetárias	844	1.224	853	1.280
Depósitos judiciais	839	1.224	848	1.280
Indenização socioambiental	5	-	5	-
Juros e descontos obtidos	157	1.076	185	1.096
Outras receitas financeiras	-	4	-	8
	12.610	16.746	12.992	18.219
Despesas				
Juros sobre debêntures	(19.405)	(23.668)	(19.405)	(23.668)
Variações monetárias	(31.973)	(31.508)	(32.320)	(31.902)
Atualização monetária referente a liminar GSF	(16.108)	(17.282)	(16.434)	(17.671)
Indenização socioambiental	(204)	(238)	(204)	(238)
Provisões para riscos	(714)	(504)	(735)	(509)
Tusd-g	(988)	(1.394)	(988)	(1.394)
Debêntures	(13.815)	(11.890)	(13.815)	(11.890)
Outras	(144)	(200)	(144)	(200)
Despesas plano de pensão	(1.046)	(460)	(1.046)	(460)
Comissões	(39)	(32)	(40)	(33)
Arrendamento (IFRS 16)	(27)	-	(27)	-
Outras despesas financeiras	(1.419)	(1.725)	(1.427)	(1.729)
	(53.909)	(57.393)	(54.265)	(57.792)
	(41.299)	(40.647)	(41.273)	(39.573)

24. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	31/03/2020			31/03/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	211.228			133.685		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	52.807	19.011	71.818	33.421	12.032	45.453
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)	(565)	18	(547)
Despesas indedutíveis	302	109	411	149	32	181
Incentivos fiscais	(194)	-	(194)	(5)	(2)	(7)
Equivalência de controladas	(536)	(193)	(729)	(333)	(120)	(453)
Outros	(10)	(2)	(12)	(3)	1	(2)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	51.804	18.943	70.747	32.664	11.961	44.625
IRPJ e CSLL correntes	61.988	22.609	84.597	40.384	14.741	55.125
IRPJ e CSLL diferidos	(10.184)	(3.666)	(13.850)	(7.720)	(2.780)	(10.500)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado - ano corrente	51.804	18.943	70.747	32.664	11.961	44.625
IRPJ e CSLL Diferidos - Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	7	3	10
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	51.804	18.943	70.747	32.671	11.964	44.635
Alíquota efetiva	25%	9%	33%	24%	9%	33%

	Consolidado					
	31/03/2020			31/03/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	211.596			134.375		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	52.899	19.044	71.943	33.594	12.094	45.688
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)	(565)	18	(547)
Despesas indedutíveis	302	109	411	149	32	181
Incentivos fiscais	(194)	-	(194)	(5)	(2)	(7)
Equivalência de controladas	(536)	(193)	(729)	(333)	(120)	(453)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	156	87	243	316	139	455
Outros	(10)	(2)	(12)	(3)	1	(2)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	52.052	19.063	71.115	33.153	12.162	45.315
IRPJ e CSLL correntes	62.236	22.729	84.965	40.873	14.942	55.815
IRPJ e CSLL diferidos	(10.184)	(3.666)	(13.850)	(7.720)	(2.780)	(10.500)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado - ano corrente	52.052	19.063	71.115	33.153	12.162	45.315
IRPJ e CSLL Diferidos - Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	7	3	10
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	52.052	19.063	71.115	33.160	12.165	45.325
Alíquota efetiva	25%	9%	34%	25%	9%	34%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019.

25. LUCRO POR AÇÃO

O lucro líquido por ação é calculado utilizando o resultado do período, dividido pela quantidade média ponderada, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Preferenciais	93.654	59.367
Ordinários	46.827	29.683
	140.481	89.050
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478
	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação		
Preferenciais	1,48763	0,94299
Ordinários	1,48763	0,94299

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas na nota explicativa 26 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 permanecem válidas para esse ITR.

26.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			31/03/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	Nível 1	1.177.953	1.177.953	1.122.504	1.122.504
Clientes	Custo Amortizado	Nível 2	232.313	232.313	148.396	148.396
			1.410.266	1.410.266	1.270.900	1.270.900
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado	Nível 2	1.092.570	1.092.570	1.084.472	1.084.472
Encargos setoriais	Custo Amortizado	Nível 2	28.666	28.666	25.900	25.900
Debêntures	Custo Amortizado	Nível 2	1.380.113	1.313.727	1.372.546	1.327.763
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo Amortizado	Nível 2	238	238	57.928	57.928
Dividendos	Custo Amortizado	Nível 2	126.479	126.479	126.580	126.580
			2.628.066	2.561.680	2.667.426	2.622.643

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2019 e nem no período de três meses, findos em 31 de março de 2020. Também não há exposição a variações cambiais por operações em moeda estrangeira.

27. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme consta nas apólices de seguros, são as seguintes:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2019 a 04/08/2020	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2019 a 04/08/2020	150.000
Lucro cessante	04/08/2019 a 04/08/2020	1.140.712
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2019 a 08/12/2020	150.000

(*) Não revisado pelos auditores independentes

28. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Dividendos Propostos e JSCP	-	313.130
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	15.982	66.739
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	836	581
Imposto diferido sobre plano de pensão	283	299
Projeção a partir da revisão das premissas macroeconômicas do plano de pensão	-	18.465

29. COMPROMISSOS

29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

30.1. COVID – 19

Até a data de divulgação desta demonstração financeira, a Companhia permanece com seu faturamento de acordo com os volumes e preços previstos em seus contratos.

Até o momento, poucos clientes solicitaram renegociação, que é conduzida de maneira exclusiva e somente em relação a extensão do prazo de pagamento, com aplicação de uma taxa de juros negociada entre as partes, e com isso, não há indicativos de inadimplência.

A Companhia entende que a energia eventualmente não utilizada pelo cliente, pode ser renegociada por ele em mercado secundário e, por isso, um desconto financeiro não é aplicável bem como o contrato devidamente registrado na CCEE deve ser cumprido. Em razão a relevância do tema, a Companhia mantém monitoramento constante.

Em relação a projetos em andamento, como reformas e modernizações, seus prazos poderão ser revistos em função dos cuidados demandados pela pandemia e o Plano de Contingência Operacional para os Centros de Operações de Geração (COG's) tem se mostrado responsivo.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2020 e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2020."

São Paulo, 12 de maio de 2020.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho

Diretor Presidente e Diretor Executivo de Relações com Investidores
Rio Paranapanema Energia S.A.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**Conselho de Administração**

Yujun Liu
Presidente

José Renato Domingues
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

Mônica Louise Luling Caldana
Membro Efetivo

Altair Carrer
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Executivo Financeiro

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios, Planejamento Energético e
Pesquisa e Desenvolvimento

Márcio José Peres
Diretor Executivo de Operações

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Lucas Morato Teixeira
Contador
CRC - MG-080486-O/7